

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

As afirmações da Comissão de Trabalhadores (CT), em Comunicado recentemente vindo a público, suscitam dúvidas sobre três situações de conflito de interesses existentes na administração da televisão pública.

De acordo com o Comunicado da CT, estão em causa o diretor de programação Daniel Deusdado, o administrador Nuno Artur Silva e o ator Virgílio Castelo, consultor para a ficção. Para a CT, existem na RTP situações de natureza concorrencial que são um claro conflito de interesses e que deixam dúvidas relativamente às opções programáticas e comerciais levadas a efeito por quem gere a RTP.

Estas situações advêm do facto de

- Nuno Artur Silva continuar, desde a sua nomeação em 2015 para o Conselho de administração da RTP, a ser o único proprietário da empresa “Produções Fictícias, Lda (PF)” e do “Canal Q”;
- Do atual diretor de programação, Daniel Deusdado, que à data da sua nomeação era proprietário, com a sua mulher, da empresa “Farol de Ideias – Produção e Serviços de Informação e Arte, Lda.” e da empresa “Pequeno Farol – Serviços Multimédia, Lda.”, passar a sua produtora de vídeo para a posse da esposa;
- E por último, de Virgílio Castelo, enquanto consultor para a ficção, emitir pareceres sobre a aquisição de projetos de ficção onde participa como ator.

Não é a primeira vez que estas acusações vêm a público. Em setembro de 2016, o antigo administrador da RTP, Luís Marinho, acusou o atual administrador, Nuno Artur Silva, e o diretor de programação, Daniel Deusdado, de comportamento “eticamente reprovável”, por alegadamente manterem ligações a produtoras a que a RTP contrata serviços.

Na altura, o Grupo Parlamentar do PSD questionou o Senhor Ministro sobre esta matéria (Pergunta n.º 64 /XIII/2.ª, de 21.09.2016) à qual o Senhor Ministro da Cultura respondeu dizendo que tinha recebido “*garantias por parte do conselho de administração da RTP que todos os preceitos legais estavam a ser respeitados. Considerando suficientes os esclarecimentos, aliás públicos, por parte do conselho de administração da RTP.*”

A serem verdadeiras as afirmações agora tornadas públicas pela Comissão de Trabalhadores

da RTP, elas constituem uma violação ao princípio de isenção e de transparência a que devem presidir o exercício das funções de administração duma empresa pública.

O Partido Social Democrata considera que sobre estas matérias não podem existir dúvidas ou equívocos pelo que, devem as mesmas ser cabalmente esclarecidas.

Assim, os Deputados do Partido Social Democrata abaixo-assinados vêm, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, dirigir ao Senhor Ministro da Cultura as seguintes questões:

1. Confirma o Governo a possibilidade de existirem na RTP situações de natureza concorrencial que poderão indiciar conflito de interesses e que deixam dúvidas relativamente às opções programáticas e comerciais levadas a efeito por quem gere a RTP?
2. São verdadeiras as afirmações tornadas públicas pela Comissão de Trabalhadores da RTP, nomeadamente quando referem que no canal público “**vive-se um caos interno**” na qual a causa é a “**gestão sem controlo, sem rumo e em desespero**” e referindo-se a Nuno Artur Silva e a Daniel Deusdado “**Um dos problemas do atual momento da RTP é que a mesma foi tomada, em sectores importantes da gestão, por pessoas habituadas a vender coisas à RTP**”?
3. Caso o sejam, o que tenciona o Senhor Ministro fazer para garantir a existência de rigor e transparência na RTP?

Palácio de São Bento, 18 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

SUSANA LAMAS(PSD)

SÉRGIO AZEVEDO(PSD)

PEDRO PIMPÃO(PSD)

ANDREIA NETO(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

CRISTÓVÃO SIMÃO RIBEIRO(PSD)

FIRMINO PEREIRA(PSD)

JOANA BARATA LOPES(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)